

As minhas memórias académicas e cívicas com o Prof. Romero Magalhães

José Carlos Vilhena Mesquita

As minhas memórias académicas e cívicas com o Prof. Romero Magalhães

José Carlos Vilhena Mesquita
Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

São muitas as recordações pessoais que guardo na memória, resultantes do meu convívio e franca amizade com o Prof. Doutor Joaquim Antero Romero de Magalhães. Não vou, logicamente, aqui revelar todos os pormenores do nosso relacionamento cívico, nem do nosso convívio académico. Mas vou, com todo o gosto, aflorar alguns dos momentos mais relevantes do nosso relacionamento e amizade, no meu percurso de vida como historiador e professor na Universidade do Algarve.

O meu primeiro contacto pessoal com o Prof. Romero Magalhães ocorreu na Livraria Silva, em Faro, presumo que nos finais da década de setenta, no século passado. Nessa altura, estava prestes a terminar o meu curso de História na Faculdade de Letras de Lisboa, e nas férias de verão quando precisava adquirir livros estrangeiros encomendava-os na Livraria Silva, situada na rua de St^o António, a mais popular artéria citadina, pela qual desfilava ao fim de tarde a burguesia farensê. O seu proprietário, sr. Duarte Infante, de saudosa memória, era um homem culto, de porte britânico, democrata e socialista convicto. Ao tempo, a Livraria Silva era uma espécie de cenáculo da cultura algarvia, onde se encontravam e se reuniam as figuras mais ilustres da cidade, desde a pintura, ao teatro, da música à poesia, da literatura à política.

Não se pense que a cidade de Faro era mais uma urbe de província, tacanha e ronceira, como se dizia serem todas deste país. Esse é um mito criado por Lisboa, para valorizar o centralismo e atrair à capital do império os melhores valores nacionais. O investimento na modernização dos serviços educativos e no desenvolvimento urbano da capital, foi uma estratégia política de propaganda do salazarismo, para esvaziar a província e formar os novos quadros do regime. Mas deixemos essa análise sociológica do regime deposto para ulterior ocasião.

Foi, como comecei por dizer, um encontro fugaz, com uma breve troca de palavras, acerca de um livro de Eric Hobsbawm, intitulado *Rebeldes Primitivos*, que acabava de adquirir numa edição brasileira da Zahar Editores, publicada em 1978. O Prof. Romero Magalhães mal ouviu o nome daquele famoso historiador britânico veio logo ver o livro, expressando-me as suas reticências em relação às traduções brasileiras. Entabulamos uma breve conversa sobre alguns temas do meu interesse, que naquela altura pendiam para os aspectos socioculturais e não para os económicos, como se verificou posteriormente. Recordo-me do nosso comum amigo Duarte Infante lhe perguntar sobre o seu estado de saúde, porque pouco depois de sair do governo sentiu-se mal e foi operado de urgência em Lisboa, só não sei porquê, nem a quê ou em que hospital foi intervencionado. Não guardo os pormenores dessa conversa, ocorrida há mais de quarenta anos.

Devo lembrar que ao tempo o Prof. Romero Magalhães desfrutava em Faro de grande apreço social, visto que em 25 de Abril de 1975 fora eleito deputado, pelo PS de Coimbra, à Assembleia Constituinte, da qual saiu aprovada, em 2 de Abril de 1976, a primeira Constituição da República Portuguesa. Eleitos pelo Algarve estiveram a seu lado o Filipe Madeira pelo PS, o Cristóvão Norte, pelo PSD, e o Carlos Brito, pelo PC, entre outros, cuja identidade agora não me ocorre. Romero Magalhães tinha nessa altura 34 anos de idade, e todos lhe auguravam uma fulgurante carreira política. Ele próprio me confidenciou que quando o PS venceu as primeiras eleições legislativas, teve esperanças de ir para o governo, o que, de facto aconteceu. Foi então nomeado pelo chefe do governo, Dr. Mário Soares, para Secretário de Estado da Orientação Pedagógica, cargo que exerceu desde 28 de julho de 1976 até 30 de janeiro de 1978. Recordo-me que nesse mesmo

governo, o também algarvio Dr. Luís Filipe Madeira foi Secretário de Estado do Turismo. No segundo governo constitucional, igualmente chefiado pelo Dr. Mário Soares, constituído numa surpreendente coligação com o CDS, o Dr. Romero Magalhães retornou ao exercício da mesma Secretaria de Estado, durante o efémero período de 6 de fevereiro a 21 de junho de 1978. O presidente do CDS, Freitas do Amaral, que até nem fazia parte desse governo, retirou-lhe o apoio parlamentar, dando origem à sua queda nos finais de Agosto de 1978. Abriu-se uma crise política a que se sucederam os governos de Nobre da Costa, Mota Pinto e Lurdes Pintassilgo, todos nomeados por Ramalho Eanes. Foi um período de grande instabilidade política, que fez com que Romero Magalhães se retirasse da cena partidária para se dedicar à sua carreira universitária.

O início da minha formação académica

Antes desse primeiro e fugaz encontro, com Romero Magalhães, importa dizer que já eu privava amiudadas vezes com o pai, o Prof. Joaquim Magalhães, figura tutelar da educação e da cultura em Faro, cujo diamantino carácter e bondosa personalidade ficara demonstrada na forma como acolheu e promoveu o poeta popular António Aleixo, cuja figura era então das mais humildes e ignoradas da sociedade farenses. Ninguém foi capaz de ver e entender o enorme talento poético daquele pobre cauteleiro, que ao longo da Rua de Stº António apregoava a sorte grande, oferecendo como bónus, aos que lhe compravam jogo, uma quadra poética composta ali mesmo, repentinamente, na rua, para satisfação e surpresa dos mais incautos transeuntes.

Nessa altura, finais da década de setenta, mais propriamente em Julho de 1979, surgiu na «Revista de História Económica e Social», nº 3, pp. 121-129, uma recensão crítica da autoria do Prof. Romero Magalhães contra certas afirmações contidas nos primeiros três volumes da *História de Portugal*, da autoria do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão cuja primeira edição tinha sido dada à estampa em 1977. Lembro-me de ter lido essa recensão e de constatar que, de facto, o Prof. Romero Magalhães tinha razão em algumas das falhas apontadas. Todavia, podia ter evitado o tom acintoso

e a forma veemente como definiu aquela obra: «É um amontoado de dados, não poucas vezes trocados, com um tratamento tosco e despreocupado, citando embora bibliografia actualizada, porém mal lida, pior compreendida e reexposta sem entendimento nem elegância». Por vezes as suas afirmações descambaram para uma espécie de catilinária política, o que me pareceu desnecessário, desagradável e até censurável. Assim, de repente, recordo-me que num desses volumes se apontava o castelo de Montachique como sendo o de Monchique, e de existir «no Algarve, uma vila chamada Alvorninha. Onde ficaria? Foi tragada pelo mar ou levada por algum cometa – o Doutor Veríssimo Serrão gosta muito de referir cometas, daí esta possível explicação». Trata-se de uma incongruência quase indesculpável na pessoa do seu consagrado autor. É claro que para além das falhas também contestava a forma como aquele famoso historiador analisava os factos, procurando justificá-los através de um corpus documental assente na legislação oficial que pouco trazia de novo à ciência histórica. Motejava também de algumas afirmações que deturpavam a percepção real da verdade, por desinteresse no confronto dos interesses económicos, que no seu entender, constituem o cerne da história. Acusava-o de ter escrito uma obra «com um sentido apologético e devoto», manifestando ideias e opiniões conservadoras que, em certo sentido, eram ideologicamente próximas do regime deposto, afastando-se assim do modelo científico de um historiador moderno, cuja obra deve evidenciar rigor, objectividade, isenção e imparcialidade. Isto deu azo a uma resposta do Prof. Veríssimo Serrão que, dizia, não reconhecer ao seu interlocutor, qualquer credibilidade científica para interpelar com tal veemência a sua obra. O Prof. Veríssimo Serrão, na sustentação da sua defesa, decidiu editar um opúsculo intitulado «Resposta a um pseudo-crítico da História de Portugal» [Lisboa, 1980, 76 pp.]. Nele desconstruíu, conforme pode, as principais incongruências da argumentação crítica. Porém, não me pareceu que a sua defesa tivesse sido tão convincente nem tão substantiva como seria desejável. E, por isso, o Prof. Romero respondeu-lhe de forma ainda mais contumaz e acirrada, passando a discussão para as páginas dos jornais, nomeadamente do «Diário de Notícias» onde a discussão atingiu um nível desagradável, com ataques constantes e de parte

a parte, numa sequência, em que os remos políticos passaram para o campo do insulto pessoal. O Prof. Veríssimo Serrão foi também muito deselegante para com o seu interlocutor, a ponto de afirmar: «Romero, Romero, quem és tu? - e o eco da auto-celebridade se faça ouvir do Minho ao Algarve, com um rotundo e presumido: Ninguém!». Houve quem chamasse a essa polémica uma “peixeirada” de historiadores. Por fim, o director daquele vespertino interveio, chamando os contendores à razão, e dando por encerrada a diatribe. Quanto a mim, quem saiu vitorioso foi Romero Magalhães, que nessa altura era uma figura quase anódina, pouco conhecida, a não ser da política e do PS, que a partir daquele momento logrou alcançar foros de prestígio nacional. Foi, pode dizer-se, uma jogada bem engendrada pelo Romero para chamar a si a atenção dos média e da opinião pública, que colateralmente também intervinha com apoios e desapoios para ambas as partes. Com esta iniciativa, Romero Magalhães logrou alcançar a fama que antes seguramente não possuía.

Voltei-me a encontrar depois com o Romero Magalhães, a 20 de Agosto de 1980, nas comemorações do IV Centenário da morte de D. Jerónimo Osório realizadas em Tavira, no salão nobre da Câmara Municipal. Estava uma noite quente de verão, com a sala repleta de ouvintes, atentos e dedicados. A clique socialista comparecera em massa. O tema, «Panorama social e económico do Algarve na época de D. Jerónimo Osório» era muito abrangente e ninguém melhor do que o Romero seria capaz de falar no assunto. Recordo-me que as comemorações já haviam começado antes, em Silves, no dia 21 de Junho, na Câmara Municipal, onde fui ouvir o Prof. Américo da Costa Ramalho, da Universidade de Coimbra, a falar de «Dom Jerónimo Osório e o Humanismo em Portugal».

Nessa palestra de Tavira, não houve tempo para falarmos no assunto, que então mais me interessava: a actualização e consequente publicação da *Algarviana*, da autoria do Dr. Mário Lyster Franco. Nas férias de Natal de 1981 encontramos-nos no café Aliança, onde voltei a abordar o assunto da publicação da «Algarviana», na qual me encontrava já a trabalhar. Devo essa incumbência ao Prof. Alçada Baptista, que teve a delicadeza de me ter contratado para esse fim, através

do Instituto Português do Livro. Infelizmente, não correu bem essa conversa, porque o Romero Magalhães tinha um verdadeiro asco a todos aqueles que haviam servido o regime salazarista, nos quais se incluía o Dr. Lyster Franco. Recordo que nessa altura existiam ainda feridas insanáveis em relação ao passado. E os partidos de esquerda, como o P.S., eram bastante mais radicais do que são hoje. Em todo o caso, devo acrescentar que o Dr. Mário Lyster Franco era pouco, e mal, apreciado em Faro. Havia uma má vontade geral em relação ao seu nome e à sua obra, o que só posso atribuir à inveja com que se nutriam os incompetentes e ignorantes personagens que dirigiam a política e a cultura algarvia. Porque a verdade é que o Dr. Mário Lyster Franco foi o mais polivalente intelectual do Algarve no século XX. Além de advogado foi jornalista, professor, escritor, poeta, dramaturgo, arqueólogo, antropólogo, etnólogo e historiador. No domínio do jornalismo fez artigos de opinião, reportagem, crónica, crítica literária e artística, assim como todo o género de notícias. Não conheço, no universo das letras algarvias, alguém que tivesse realizado tão diversificada intervenção pública, quer no plano cultural como na actividade cívica.

Apesar de eu estar sempre atento ao seu trajecto de vida, de acompanhar o bom andamento das investigações que vinha fazer apressadamente aos arquivos de Loulé e de Faro, onde o Dr. Salustiano de Brito, então director do acervo distrital, nos recebia em coloquial e amistosa cavaqueira. Sabendo que o Romero tinha boas relações com o Dr. José Pereira da Costa, director da Torre do Tombo e seu chefe hierárquico, pedia-lhe sempre que metesse uma cunha no sentido de mandarem construir novas instalações, mais modernas e consentâneas com os objectivos daquele arquivo distrital de Faro. As novas instalações acabaram por ser de facto construídas, quando o Dr. Salustiano de Brito já estava reformado e, pior do que isso, a sofrer da doença que pouco depois o vitimou.

Lembro-me de o voltar a encontrar, e de estarmos juntos, no salão nobre da Assembleia Distrital de Faro, que funcionava nas instalações da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, onde em 1983 decorreram os seminários subordinados à temática «Portugal Mediterrâneo, o Algarve no contexto português», organizados pela Universidade do Algarve,

em colaboração com a Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, que era ao tempo presidida pelo Dr. José Vitorino, autor do projecto-lei da criação da nossa universidade. Esta iniciativa foi o primeiro passo na abertura das portas da universidade para o exterior, e a primeira experiência pedagógica com jovens em idade académica. Destinava-se aos filhos dos emigrantes portugueses em férias no Algarve, proporcionando-lhes através das aulas e das visitas de estudo um conhecimento directo da sociedade algarvia. Entre os oradores lembro-me de ouvir as preleções do Romero, do Vitorino, do Pinheiro e Rosa, da Teresa Gamito e do delegado da cultura Tomás Ribas.

Em 1984, defendeu na Universidade de Coimbra as provas de doutoramento, perante um qualificadíssimo júri, formado pelas mais eminentes figuras da nossa historiografia. Importa acrescentar que o Prof. Romero Magalhães foi o primeiro Doutor em Economia pela Universidade de Coimbra, o que é uma honra para ambos os visados. A sua tese foi pouco depois publicada pela editorial Estampa, com o título *O Algarve Económico 1600-1773*, uma obra ainda hoje incontornável no âmbito da história-económica regional.

As nossas relações esmoreceram ligeiramente, porque o Prof. Romero passou a ser muito mais solicitado para a intervenção cultural, tanto no país como no estrangeiro, alcançando assim uma visibilidade pública muito mais prestigiada, o que aguçou o interesse do PS no seu aproveitamento político-partidário. Não admira, por isso, que pouco depois tivesse integrado as listas do PS às autárquicas de Coimbra, sendo sucessivamente eleito para a presidência da Assembleia Municipal, desde 1986 até 1998. Foram três mandatos seguidos, ou seja, doze anos de dedicação à vida autárquica, um exemplo difícil de imitar nos tempos actuais.

Sem qualquer justificação lógica permanecemos afastados até que o Prof. Jorge Borges de Macedo, o cientista da História mais competente e mais sério que conheci no mundo académico, se lembrou dele, em 1988, para fazer parte do júri de avaliação das minhas Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Estas Provas existiram na vida universitária até ao momento em que apareceram os mestrados, conferidores de um grau académico semelhante, mas que tinham a vantagem de proporcionarem aos

candidatos a condição de alunos de um curso de formação científica. Ao invés, as PAPCC destinavam-se aos candidatos que já eram assistentes estagiários nas universidades, isto é, haviam começado uma carreira alicerçada na sua experiência profissional, pois que a maioria, como era o meu caso, haviam sido professores no ensino secundário.



Romero de Magalhães discursando na Presidência Aberta de Mário Soares, realizada em Coimbra, em julho de 1990

As Provas consistiam na avaliação de duas dissertações, apresentadas por escrito, que o candidato defendia num exame oral, repartido por dois dias seguidos, perante um júri académico. A primeira dissertação era uma lição teórica, e a segunda era uma tese científica. Após a entrega da tese, que era o documento mais importante, o júri escolhia o tema da lição, para cuja preparação podia o candidato dispor até 180 dias. Na primeira sessão, o candidato tinha que demonstrar a sua vocação para a docência, através da apresentação teórica de uma aula, que ao longo de sessenta minutos procurava elucidar o júri da sua exequibilidade prática. Todos os pormenores eram avaliados, desde a oratória à expressão gestual, desde a clareza dos conceitos à colocação da voz, para não falar já no mais importante, que era a esquematização científica da temática abordada. Recordo-me que o meu tema, a pedido do júri, foi a história das pescarias no Algarve. Quando defendi a lição fui advertido por ter excedido em quatro minutos o tempo regulamentar da prova, que era de sessenta minutos. Após a exposição fui

interrogado durante uma hora pelo Prof. Romero Magalhães, cujas perguntas incidiram sobretudo no período final da lição oral, e da sua demonstração na dissertação escrita. Essas questões referiam-se às almadravas do atum e às xávegas da sardinha na costa algarvia, antes da formação da companhia pombalina das pescarias. A parte consequente relativa ao período do liberalismo, não alcançou tanto vigor na confrontação das ideias por já não ser muito do agrado do Prof. Romero Magalhães.

No dia seguinte, enfrentei a arguição do Prof. Borges de Macedo, que foi bem mais enérgica e elucidativa do que a sessão anterior. Não era para admirar, pois que se tratava de avaliar a minha tese sobre «Liberalismo e anti-liberalismo no Algarve», um tema até então nunca abordado no foro académico. Foi para mim um dia apoteótico, não só por ter sido avaliado com a nota máxima, mas também pela experiência proporcionada na confrontação de ideias e na sustentação de linhas de investigação, que o júri exarou por escrito como recomendáveis para a prossecução da minha carreira académica. Abriram-se logo ali as portas para o meu doutoramento. Estávamos em 1988.

Demorei oito anos a completar esse desafio, esse sonho e essa obrigação, pois se não fizesse o doutoramento corria o risco de ficar desempregado. Esse foi um período de grandes sacrifícios e de um enorme investimento pessoal, pois tive de repartir a minha vida entre Faro e Lisboa, sem bolsa de estudo e sem isenção do trabalho docente. Actualmente os jovens doutorandos beneficiam geralmente de bolsas de estudo, dispensa de docência ou de actividade profissional. Dessas facilidades não pude usufruir, porque naquela altura a JNICT não dava o devido valor às ciências sociais.

Romero Magalhães académico e político

A vida académica de Romero Magalhães foi rápida e fulgurante. Pode dizer-se que começou em 1967, quando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra apresentou a sua tese de licenciatura, humildemente intitulada *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, que lhe valeu a atribuição oficial do grau de Licenciado, mercê do qual granjearia o sustento da vida no ensino secundário.

Como a editora Cosmos lhe publicou em 1970, a sua tese de licenciatura, na prestigiada colecção «A Marcha da Humanidade», dirigida pelo famoso historiador Vitorino Magalhães Godinho (que viria mais tarde a ser o seu orientador científico de doutoramento), depressa o nome de Romero Magalhães saltaria para a ribalta da nossa historiografia contemporânea. Foi com essa aura de prestígio que fez o seu estágio pedagógico e se diplomou, em 1971, com o Exame de Estado de professor do ensino liceal.



Numa das últimas cerimónias académicas em que participou, envergando as vestes e insígnias de Coimbra

Quando chegou a revolução de Abril estava em Coimbra, aderindo com o maior entusiasmo às manifestações populares realizadas no 1º de Maio, verdadeira apoteosa da Revolução, da Liberdade e da tão almejada Democracia. Foi com esse espírito de absoluta entrega aos supremos ideais da liberdade que consagrou toda a sua vida, quer cívica quer académica. Mas, em breve, como já disse, às intrigas da política sucederam-se as do poder, e com isso uma enorme desilusão, que o levaria a afastar-se, ainda que não definitivamente, da política para se dedicar ao seu doutoramento.

A carreira académica foi fulgurante. Em 1984 doutorou-se, passando de imediato à categoria de Professor Auxiliar. No ano seguinte, passou ao quadro docente como Professor Associado. Entre 1985 e 1999 exerceu vários cargos de direcção na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Primeiro foi presidente do Conselho Diretivo, de 1989 até 1991, fez um hiato

sabático de cinco anos, nos quais se ocupou da sua ascensão na carreira. Em 1993 fez a sua Agregação, e em 1994 passou a Professor Catedrático. Voltou em seguida ao exercício de cargos de direcção, desempenhando entre 1996 até 1999 o cargo de presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia. No dia 18 de abril de 2012, uma quarta-feira, pelas 17 horas, proferiu no Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a sua derradeira lição, intitulada “Últimas Palavras?”. Tratou-se da cerimónia da sua Jubilação académica, por ter atingido o limite de idade, 70 anos, mais de cinquenta dos quais decorridos ao abrigo das paredes da Universidade de Coimbra.

Na orientação do meu doutoramento

No início da década de noventa, mudei-me de armas e bagagens, é a expressão mais realista, para a Torre do Tombo, onde coligi centenas de documentos de suma importância para o conhecimento do Algarve na primeira metade do século XIX. Além do Arquivo Nacional, vasculhei (acho que é o termo certo) a Biblioteca Nacional, e os acervos dos ministérios das Obras Públicas, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e Pescas, o INE e o Arquivo Histórico Militar, que é o mais rico e notável que existe no nosso país, para o período liberal.

Mas o fulcro do meu trabalho foi sempre a Torre do Tombo, cujas instalações fui inaugurar, no espaço urbano da cidade universitária. Ali convivi com as figuras mais ilustres da nossa historiografia, nomeadamente os Profs. Oliveira Marques, António Matoso, Borges Coelho (que fora meu professor, e está felizmente ainda vivo), António Hespanha, Fernando Rosas, António Reis, António Ventura, César Oliveira, o José Tengarrinha, meu saudoso amigo, e tantos outros, inclusive estrangeiros, sobretudo brasileiros, espanhóis e franceses, que tive o prazer de conhecer e de conviver, embora na sua grande maioria estudassem um assunto que não me seduzia: a inquisição e o tribunal do santo ofício. Mas como eu conhecia, ao pormenor, a sala dos índices, que era a base de lançamento para qualquer trabalho de investigação, tive o ensejo de os ajudar a encontrar

nos fundos da inquisição de Lisboa e Évora, os nomes e a origem geográfica dos acusados, através dos quais encontrava os processos de denúncia, acusação e condenação.

De entre os meus companheiros de estrada, isto é, dos que como eu estavam a fazer o doutoramento, destaco o Nuno Gonçalo Monteiro, o João Alves Dias, o António Costa Pinto, a Alexandra Lousada, a Fátima Nunes, a Teresa Rodrigues, o Rui Ramos, o Ramada Curto, o António Ribeiro Guerra (um paleógrafo de grande talento e reputação, falecido precocemente em 1997), e tantos outros, de várias universidades, de quem já não me ocorre o nome. Curiosamente só lá vi uma única vez o Prof. Romero Magalhães, e foi de fugida, porque tinha de ir nessa noite a uma reunião política do PS. Aliás, sempre o conheci mais atarefado com os compromissos políticos, do que com a investigação ou a vida académica.

Nessa altura, início da década de noventa, acompanhei de perto os últimos anos de vida do Prof. Borges de Macedo. Quando foi nomeado em 1990, director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, cujo belíssimo edifício viera inaugurar na Cidade Universitária de Lisboa, enviou-me uma carta a pedir que viesse trabalhar com ele na preparação da minha tese. Embora receoso do seu feitio ríspido e excessivamente exigente, não pude recusar porque se tratava de uma ordem dada por alguém que não aceitava desculpas, quando se tratasse de fazer sacrifícios. Confesso que foram os melhores anos da minha vida de investigador. Aprendi muito, sobretudo no que toca ao apuramento das minhas capacidades heurísticas. Pesquisei quase todos os fundos documentais da Torre do Tombo, e percorri os principais núcleos arquivísticos de Lisboa. Nesse ínterim, de 1990 a 1996, tive tempo ainda para fazer a compilação de elementos e instrumentos de informação sobre a vida e obra de Duarte Pacheco, para um trabalho que o Prof. Borges de Macedo tinha em mãos para apresentar, creio que em 1993 ou 1994, na abertura do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Infelizmente, o Prof. Borges de Macedo não chegou a concluí-lo, por causa dos seus muitos afazeres, mas julgo também que por causa da doença incurável, que já então parecia manifestar os primeiros sintomas.

Após uma viagem à Alemanha, que eu supunha de trabalho, mas que fora por razões de saúde, o Prof. chamou-me ao seu gabinete para me dizer que tinha um cancro no pâncreas, e que a sua esperança de vida era muito reduzida. Por isso não iria acompanhar-me mais na preparação da tese de doutoramento, mas parecia-lhe que o mais importante já estava escrito. Ele próprio se encarregara de ler e corrigir o texto, que ao fim e ao cabo constituía apenas a segunda parte da tese, mas que ele considerava a principal e mais importante. Disse-me que ficasse descansado, porque iria explicar a situação ao meu orientador tão rápido quanto possível. Nessa altura, eu e o José Tengarrinha, ficamos desolados e até certo ponto desamparados, porque ambos estávamos a trabalhar sob sua orientação, embora no meu caso não fosse oficialmente assim.

Cabe aqui um parêntesis para esclarecer que, desde 1990, o meu orientador científico, oficial, era o Prof. Romero Magalhães. Essa escolha foi-me, aliás, comunicada pelo próprio Prof. Borges de Macedo, que sentindo-se muito atarefado e com pouca saúde para se ocupar de todos os seus compromissos, decidiu telefonar-lhe a pedir que aceitasse essa incumbência, porque sendo ele algarvio e o tema da minha dissertação era sobre o Algarve, nada seria mais lógico do que assumir a minha orientação científica. É claro que o Prof. Romero aceitou sem reticências, até porque me conhecia e tínhamos boas relações de amizade.

Essa derradeira entrevista com o Prof. Borges de Macedo, decorreu salvo erro em janeiro de 1996, no seu gabinete de trabalho. Ele estava já algo debilitado, tinha emagrecido muito, estava pálido e falava devagar, sem aquela sonoridade aterradora de outros tempos. Vi que a sua mesa de trabalho estava já limpa dos objectos pessoais, e que numas caixas ao lado estariam alguns livros e arquivadores que desejava levar consigo. Apercebi-me que estava a preparar a sua saída, e por curiosidade natural perguntei-lhe quem ficaria no seu lugar. Respondeu-me que isso era da responsabilidade do ministro da Cultura, mas que, entretanto, ficaria a substituí-lo a Prof^a Manuela Mendonça Fernandes, que eu, confesso, mal conheci durante todos aqueles anos em que desempenhou as

funções de subdirectora da Torre do Tombo. Ele tinha nela a máxima confiança, e acho que foi uma boa escolha, porque era uma senhora competentíssima e muito dedicada à organização e bom funcionamento do IANTT. Na verdade, quem nomeara o Prof. Borges de Macedo para director da Torre do Tombo fora o Prof. Cavaco Silva, certamente por indicação de algum dos seus conselheiros. Mas, naquela altura, a situação alterara-se. O governo era do PS, liderado pelo eng. António Guterres que entregara a tutela do IANTT ao ministro da Cultura, o Prof. Manuel Maria Carrilho, que nesse ano de 1996 nomeou para aquele cargo o Prof. José Mattoso, um dos mais ilustres historiadores nacionais.

O que mais me desolou nessa entrevista, cuja memória jamais esquecerei, foi o facto do Prof. Borges de Macedo me ter dito textualmente isto: “esta é a última vez que nos vemos; não vás a minha casa para me visitar, nem ao hospital, quando para lá me transferirem para não morrer na minha própria cama”. Proibiu-me de o voltar a ver, para que ficasse na memória com a derradeira imagem do homem de ferro que ele sempre fora, e não com o desgosto de o ver depois transformado num débil vulto, mirrado e submetido a essa traiçoeira doença, que é o cancro. Essa última entrevista, foi muito traumatizante. Todavia, ajudou-me a compreender que por baixo daquela dureza de carácter, também existiam nele fortes sentimentos de carinho e amizade.

O Prof. Borges de Macedo faleceu a 18 de Março de 1996, e duas semanas depois, no início de Abril, primeira semana de férias da Páscoa, encontrei-me com o Prof. Romero Magalhães, em casa de seu pai, o meu muito querido amigo e conterrâneo (nascemos ambos na mesma rua da cidade do Porto, “a meia dúzia de metros de distância”, como ele dizia) Joaquim Magalhães. Na verdade, eu nasci no Hospital do Terço, na cidade do Porto, mas o meu pai, que detestava a cidade Invicta, registou-me em Vila Nova de Famalicão. Naquela altura nada era negado a um homem com o poder e a influência que ele tinha. Por isso sou hoje um humilde famalicense, e não um fogueiro e aguerrido tripeiro.

Em boa verdade, o Prof. Romero Magalhães estava oficialmente registado desde 1990 como orientador

científico da minha tese de doutoramento. Aliás, nesse ano, subscrevera o projecto de dissertação, isto é, o índice do trabalho que me propunha fazer, sobre a importância geoestratégica do Algarve e o papel que a região havia desempenhado na implantação do Liberalismo em Portugal. Esse projecto foi apresentado em 1990 à JNICT, mas apesar de ter sido aprovado pelo conselho científico, acabou recusado por razões administrativas. De facto, naquele ano as verbas foram escassas, e no programa «Ciência» não foram contemplados os projectos ligados às ciências sociais. Em 1991 concorri a nova bolsa, mas apesar da minha candidatura “ter merecido parecer favorável dos concelhos científicos do INIC, as limitações financeiras deste Instituto não permitiram atender o seu pedido, pelo que o mesmo foi indeferido”. É claro que outros colegas foram atendidos, pelas razões naturais do clientelismo partidário.

Apesar de todas as contrariedades, já aqui esclarecidas, fui para Lisboa trabalhar na investigação e compilação do acervo documental, que serviu de fundamento demonstrativo à minha dissertação de doutoramento. Ao longo desses seis anos, sempre mantive com o Prof. Romero Magalhães um constante contacto, pessoal e telefónico, dando-lhe conta do andamento das minhas investigações. O pior foi quando, já muito próximo do prazo final de entrega, e ao cabo de dois adiamentos, o Prof. Romero teve de se “zangar” comigo, de forma veemente, porque eu não dava um “nó” final na tese. Esse momento foi crucial, porque eu achava que havia muito mais para dizer na tese, e, por causa dessa insatisfação, protelava a sua conclusão. Salvou-me a sua enérgica decisão para entregar a tempo e horas a dissertação de doutoramento, que durante oito anos constituía um autêntico calvário.

Recordo-me que depois de cumprida essa formalidade, o conselho científico da minha faculdade aprovou o meu júri de doutoramento, cujo elenco foi indicado pelo Prof. Romero, no qual se integraram notáveis académicos cuja memória não posso deixar aqui de recordar. Assim, sob a presidência do então Vice-Reitor da Universidade do Algarve, Prof. Abílio Marques da Silva, o júri foi constituído pelos Professores Doutores Joaquim Romero Magalhães (catedrático da Faculdade

de Economia da Universidade de Coimbra), Nuno Valério (catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa), José Horta Correia (catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Teresa Júdice Gamito (catedrática da Universidade do Algarve), José Mendes Tengarrinha (prof. associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), João Pinto Guerreiro (prof. associado da Universidade do Algarve) e Isabel Nobre Vargues (prof.^a auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Agradeço-lhes terem-me aprovado nas provas de doutoramento em Ciências Económicas, especialidade Economia, realizadas no dia 12 de Dezembro de 1997, com a classificação de “Aprovado com Distingção e Louvor”.

Depois disso fiz parte de vários júris académicos, alguns deles com o Prof. Romero Magalhães, nomeadamente em 2003, nas provas de doutoramento do meu saudoso amigo António Rosa Mendes, que apresentou um trabalho muito bem escrito sobre «Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789) Cultura e Política do Algarve». Foi uma sessão brilhantíssima com um júri de grande merecimento que não regateou elogios ao candidato. Infelizmente o meu amigo António veio a falecer em 2013, subitamente, numa altura em que estava a preparar as suas provas de Agregação académica, para cujo júri teve a bondade de me convidar, antecipando-se ao próprio Prof. Romero Magalhães.

Rumos de vida diferentes, em caminhos opostos

Terminada essa fase, determinante na carreira académica, prossegui o meu caminho, como sempre tergiversando dois rumos, ambos, porém, na mesma direcção: o Algarve. O primeiro rumo, pelo qual enveredei por vocação natural, foi e continua a ser o ensino, a que se acrescenta a vida académica. O segundo rumo é o da divulgação da história e da cultura do Algarve.

No ensino, posso dizer que exerci a docência em todos os graus, à excepção do 1º ciclo do ensino básico, o que antigamente se chamava “escola primária”. Comecei em 1978, como professor na

Escola Secundária de Loulé até que em Março de 1983, quando estava na Escola Secundária de Vila Real de Santo António, fui convidado pelo Prof. Manuel Gomes Guerreiro, então presidente da Comissão Instaladora da Universidade, para integrar o corpo docente que, em Novembro desse ano, iniciaria o primeiro ano lectivo da Universidade do Algarve. Recordo-me de uma conversa muito franca e honesta do Prof. Gomes Guerreiro explicando-me que o meu lugar seria apenas provisório, já que o mesmo estava destinado ao Prof. Romero Magalhães, na altura à espera de ver aprovado o seu doutoramento, o que só aconteceria em 1984. É claro que recusei o convite, mas como convinha à universidade estar ligada à edição da «Algarviana», que eu estava a preparar por incumbência do IPL - Instituto Português do Livro, foi-me proposto um contrato para o quadro técnico da Universidade, sob promessa que passaria a exercer a docência logo que a universidade abrisse portas. E de facto assim aconteceu em Novembro de 1983, razão pela qual faço parte do grupo de professores fundadores da Universidade do Algarve. Tudo isto demonstra que naquela altura, e tal como agora, o PS punha e dispunha, tanto na cultura como na educação. Ao ponto de reservar lugares nas instituições públicas, como era o caso da nossa universidade, para os seus militantes mais distintos. No ano seguinte, quando se pensava que o Prof. Romero Magalhães podia vir para o Algarve, decidiu ficar em Coimbra para cooperar com o partido na gestão autárquica. A partir daí passei à carreira docente, na qual espero manter-me até aos limites da saúde, e da lei. Em 2003 fiz o concurso para Professor Associado na Universidade do Algarve, tendo o júri, para o efeito, constituído pelo Prof. Romero Magalhães, Nuno Valério e outros, decidido atribuir-me o lugar, por valor e mérito curricular, em detrimento do outro candidato. Fiquei, porém, um pouco desiludido com tudo o que se passou, porque me apercebi que havia indícios de favoritismo político. Felizmente havia outros membros no júri com a dignidade e honradez necessária para me darem vencimento, apercebendo-se de que lado estava a razão, o valor e a verdade.



Fernando Cabrita, Romero Magalhães e Alexandra Gonçalves, na apresentação do livro «Olhão fez-se a si próprio»

Mas o rumo que mais me tem apaixonado, tem sido o da militância cultural. Nunca tive vida política, nem actividade partidária, porque sempre achei que a carreira docente me obrigava a uma absoluta independência das ideologias que enformam a vida partidária. Nem o meu espírito de homem livre, honrado, sério e impoluto, me permitiria submeter a quem quer que fosse. Respeito tudo e todos, mas não me sujeito a ninguém. Este meu espírito, livre e independente, faz inveja a muita gente. O próprio Prof. Romero Magalhães me chamou, várias vezes, à atenção para a necessidade de poder contar com a protecção de um partido que fosse suficientemente grande e poderoso. Assim como também refutei os convites para me integrar numa loja maçónica, até ascender a um grau que me deixasse imune aos ataques alheios. Considero essas organizações, irmandades secretas, herméticas e selectivas, como adversas ao espírito da democracia. Nunca seria capaz de aderir à maçonaria. Quem me conhece sabe que sou um homem de um só rosto, que não atraiçoia os mais lúdimos princípios da verdade e da razão.

Com o tempo o Prof. Romero foi-se afastando de mim. Nunca houve razões para isso, mas a verdade é que talvez pelos seus muitos afazeres, académicos e políticos, as nossas relações foram lentamente esfriando, sem deixarmos, porém, de estar pontualmente em contacto. De vez em quando telefonava-lhe por causa de assuntos da universidade, mas nada mais do que isso. Sempre atribuí esse esfriar de relações à sua falta de disponibilidade de tempo, até porque, pouco depois do meu doutoramento, foi

nomeado presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nela exerceu o prestigiado cargo de Comissário-Geral, o que lhe permitiu viajar por quase todo o mundo. Esteve nessas funções entre 1999 e 2002. A explicação para essa nomeação foi exclusivamente política. Na verdade, aquele organismo de estado, foi criado em 1986 durante a vigência política de Cavaco Silva, um algarvio que pouco ou nada fez pelo Algarve. Nesse ano nomeou para presidente da Comissão, o Dr. Mega Ferreira, que depois ficou com a pasta da Expo 98, substituindo-o em 1988 o Dr. Vasco Graça Moura, que foi um dos mais completos intelectuais que conheci até ao presente. Mas, em meados de 1995, Cavaco perdeu as eleições, sucedendo-lhe o socialista António Guterres, que chefiou dois governos até 2002. Explica-se, assim, a razão da nomeação de Romero Magalhães, como dedicado militante do partido, para o lugar de presidente e comissário-geral da Comissão dos Descobrimentos.

Nessa altura sempre pensei que o Prof. Romero dotaria o Algarve de meios próprios para comemorar os Descobrimentos, no sentido de aqui se realizarem eventos de âmbito científico internacional, tais como um congresso mundial sobre a navegação atlântica, exposições, edições, enfim, o que se costuma fazer em idênticas circunstâncias. Por incumbência dessas funções foi director da Revista «Oceanos», cujo aspecto gráfico era do mais sumptuoso que já se viu no nosso país. Seja como for, o Prof. Romero não deu o seu tempo por perdido, pois foi compensado com seis condecorações, das quais cinco foram oferecidas pelos brasileiros e só uma pelo governo português. Os nossos irmãos do outro lado do Atlântico sempre foram mais generosos.

Quando o Partido Socialista voltou ao governo, com José Sócrates, o nome de Romero Magalhães voltaria a ser lembrado, em 2005, desta vez para fazer parte da Comissão de Projectos para a Comemoração do 1º Centenário da República. Essa nomeação permitiu-lhe dedicar-se ao tema e publicar em 2009 uma das suas obras mais interessantes: «Vem aí a República! 1906-1910». Talvez por isso José Sócrates tenha encontrado justificação para o nomear como Membro das Comemorações do Centenário da República, em

cujas funções se manteve desde 2009 até 2011. Nesse ano de 2009, o presidente da Câmara de Faro, o socialista José Apolinário, nomeia-o para Director da revista «Anais do Município de Faro», uma publicação fundada pelo meu saudoso amigo Prof. José António Pinheiro Rosa.



O reitor da Universidade do Algarve, Paulo Águas no doutoramento Honoris Causa de Romero Magalhães

Nestes últimos anos, ambos sofremos problemas de saúde. Em 2010 sofri um enfarte que quase me ceifou a vida. Por causa disso, passei a viver mais recolhido em casa. Passei a trabalhar menos na investigação e apenas mantive a actividade docente. O Prof. Romero mostrou-se, na altura, preocupado com a minha saúde, e aconselhou-se a deixar a vida académica, por ser muito exigente e desgastante. Mas, fui recuperando forças e apesar de tudo e de todos, não me deixei vencer pelo infortúnio. Continuo firmemente apaixonado pelo ensino e sinto que ainda posso dar muito de mim aos meus alunos.

O Prof. Romero, nos últimos dez anos, veio por diversas vezes à Universidade do Algarve, para colaborar com o António Rosa Mendes nos mestrados que ele dirigiu sobre a História do Algarve. Nunca me avisava, nem me dizia nada sobre essas deslocações. Não sei se o fazia para não me incomodar, sabendo que eu ainda estaria em convalescença. Não obstante, sempre nos fomos encontrando, quer na universidade quer na apresentação de livros e outros eventos em que participou. Então na última campanha eleitoral para as legislativas de 2015, em que ele figurava como

candidato, foram várias as vezes em que nos vimos e falámos. Nessa altura não o sentia cansado, talvez por causa da euforia política e do facto de estar a percorrer diversos locais do Algarve que há muito não visitava. Eu sabia que ele estava doente, e nas outras vezes que o encontrei vi que estava debilitado. Foi o maldito vício do tabaco que lhe arruinou a saúde até ao desfecho final.

Curiosamente ele tinha altos e baixos; umas vezes via-o pálido e magro, falando devagar e quase sem forças. Outras era o contrário, parecia-me com boas cores, mais peso, sorridente e animado. Falava-me dos netos, particularmente do seu mais novo, e eu contrapunha com descrição das diatribes dos meus. Em muitos dos seus esgares fazia-me lembrar o pai, e quando lho disse ele emocionou-se muito, o que era raro, porque sempre o vi frio e inflexível àquilo a que chamava as pieguices do sentimento.

As duas últimas vezes em que estivemos juntos deixaram-me francamente muito esperançado na recuperação da sua saúde, até porque quando o interpelei sobre esse assunto ele disse-me que estava bem e a sentir-se como nunca, embora as pernas não lhe dessem total confiança, razão pela qual passara a andar de bengala.

O primeiro desses dois últimos encontros foi em Loulé, no dia 21 de Novembro de 2018, no auditório do Convento do Espírito Santo, onde perante mais de uma centena de pessoas se realizou um colóquio comemorativo dos 25 anos da Revista «Al-'Ulyà». Nesse dia almoçamos juntos e falamos sobre alguns projectos, nomeadamente a continuação da «Algarviana», interrompida acerca de quarenta anos, que ele me pediu para não deixar morrer. Respondi-lhe que isso já não dependia de mim, e que, para desgosto meu, não sinto que haja vontade das entidades competentes para que esse projecto seja retomado e concluído. A segunda e derradeira vez que nos encontramos foi no dia 12 de Dezembro de 2018, na sessão anual de aniversário da Universidade do Algarve, a qual tinha a especial particularidade de lhe atribuir o Doutoramento Honoris Causa. Assisti, como o faço todos os anos, mas desta vez com o natural prazer de poder ouvir o meu querido amigo Joaquim Antero Romero de Magalhães a proferir um belo e

emocionante discurso, que muito sensibilizou a maioria dos presentes, em particular os seus amigos, mas também os farenses e algarvios que, através das suas comovidas palavras, reviveram épocas e memórias perdidas nas brumas do tempo. Nesse dia falamos antes e depois da sessão solene de homenagem e consagração da sua vida académica, mal sabia eu que era a última vez que estaríamos juntos.

No princípio da noite de consoada, no Natal de 2018, recebi um telefone a dar-me notícia da sua morte. Foi de chofre, e por isso senti o meu coração a ceder ao impacto de tão infausta notícia. Passei alguns minutos de angústia, até me sentir recomposto. Fiquei desoladíssimo. Há pessoas que não deveriam deixar-nos, não unicamente pela amizade que lhes temos, mas principalmente pela falta que fazem ao mundo. O meu inestimável amigo Prof. Romero Magalhães é um desses homens, porque o considero insubstituível, e porque a sua falta irá fazer-se sentir, por muitos e longos anos, no mundo académico e na historiografia nacional.

Em jeito de encerramento

Não quero finalizar este breve apontamento de homenagem ao meu amigo e orientador científico, Prof. Doutor Joaquim Antero Romero de Magalhães, sem antes lembrar que uma das primeiras condecorações de que foi alvo, por mérito da sua obra e do seu percurso cívico, lhe foi atribuída pela Câmara Municipal de Loulé, a 13 de Abril de 1995. Refiro-me à Medalha Municipal de Mérito, no Grau Ouro, que lhe foi atribuída no Dia da Cidade de Loulé, numa cerimónia pública que teve por palco a Praça da República, precisamente no mesmo local onde ele próprio nasceu a 18 de Abril de 1942. Nessa celebração festiva, a que assisti, estava prevista a realização de uma sessão solene com todos os agraciados, na qual o Prof. Romero Magalhães deveria pronunciar uma curta intervenção acerca das suas origens louletanas – motivo que justificava a atribuição daquela venera. Infelizmente a sessão atrasou-se e, por isso, não houve tempo para os agraciados expressarem palavras de agradecimento. O Prof. Romero levava no bolso uma folha, na qual delineara o que desejava



Romero Magalhães, ao lado de Maria Leonor Freire Costa, sua madrinha no doutoramento Honoris Causa

pronunciar como prova da sua gratidão. Sem, contudo, recusar as origens nem o orgulho de ser algarvio, tinha a intenção de se explicar como cidadão do mundo, um pouco à imagem dos portugueses de antanho, que seguindo a estrada atlântica espalharam por toda a parte o nome de Portugal. Desse seu apontamento autobiográfico, damos agora a conhecer a parte final, em que além de se justificar como cidadão de muitos e diversos horizontes, também se identifica como algarvio e louletano. Ouçamos então essas palavras, marcadas

por um sentimento de solidariedade regionalista, que ele raramente revelava em público:

"Quando me perguntam donde sou, respondo que de Portugal inteiro", assim escreveu algures José Leite de Vasconcelos.

À minha própria vida isso se ajusta também: de mãe louletana e pai tripeiro, com mulher beirã e filhos tripeiros, coimbrão por acidente e por escolha, com passagem pela luz deslumbrante de Lisboa, sonho ainda com o mar revolto de Espinho e com os verdes únicos do vale do Douro. Fui fortemente influenciado pelo transmontano Paulo Quintela e pelo lisboeta Vitorino Magalhães Godinho, ambos estrangeirados cada um a seu jeito. Por opção sou europeu, e sinto-me bem no mundo inteiro. Só tenho amarras transitórias em cais de passagem. Cidadão do mundo gostaria de ser, europeu, português, algarvio e louletano, sou um emigrado de parte nenhuma.

Quero-me espontâneo, incómodo, caceteiro quando calha. Mas também me quero racionalista, disciplinado e cumpridor. Se o Município de Loulé acha que a minha obra de historiador prestigia a minha terra, com imodéstia me agrada que o reconheça. Nesta mesma Praça da República onde nasci, recebo com indizível alegria o honroso galardão que me lembra como seu natural. Comprometo-me com gosto a merecê-lo. A isso fico obrigado.